

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE TERCEIRO QUADRIMESTRE DA EDUCAÇÃO DE (SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2024) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, às dezenove horas e dezessete minutos, a Senhora Presidenta, a Vereadora Professora Lívia, declarou aberta a audiência pública com os seguintes dizeres: Senhoras e Senhores, entendendo sempre como meta a ampliação da participação popular e a valorização da transparência da Secretaria de Educação, esta casa legislativa promove nesta noite, sob comando da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, a presente audiência pública de acordo com o edital 06/2025, para a apresentação do relatório da Secretaria Municipal de Educação, do terceiro quadrimestre de 2024, pelo Poder Executivo, conforme estabelece a resolução número Nº 88/2016. Informamos ainda que a mesa será transmitida em tempo real, através do canal de TV Câmara Municipal de Petrópolis, pelo Youtube e pela SpeedFiber, nos canais digital 23.2 e analógicos 98. Para dar início aos trabalhos de hoje, passaremos à composição da mesa principal. A Vereadora Professora Lívia dá início a audiência chamando os convidados presentes para compor a bancada, sendo estes: Secretário de Educação - Alexandre Gurgel; Subsecretária de Educação -Professora Ana Carolina Kapler; Conselho Municipal de Educação (COMED) - Raquel Leão; Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação de Petrópolis, Rosemar Silveira, mais conhecida como Rose; Ex-Secretária de Educação do Período apresentado no relatório - Profa. Adriana de Paula; Central de Trabalhadoras e Trabalhadores (CTB) - Marcio Franco; Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região (SINPRO) - Frederico Fadini; Representante das e dos estudantes da União Nacional dos Estudantes - Ayane Souza; Secretário de Governo - Fred Procópio. A Vereadora Professora Lívia iniciou sua fala destacando a boa participação do público na audiência, ressaltando a importância dessa presença para o debate sobre educação. Informou que, devido à limitação de espaço na mesa, seria necessário organizar um sistema de rodízio entre os convidados. Convidou para compor a mesa a representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Flor de Lis, enfatizando a relevância da participação estudantil na discussão. Também convidou Carlos Paulino, representante do movimento Convoca Petrópolis, informando que a fala dele seria realizada em momento posterior. A Vereadora Professora Lívia explicou a dinâmica da Audiência Pública.





Informou que o início se daria com a apresentação do relatório do quadrimestre pelo Secretário de Educação, Professor Alexandre Gurgel. Em seguida, a palavra seria passada aos integrantes da mesa, garantindo a prioridade de fala às vereadoras e vereadores presentes. Posteriormente, os demais convidados teriam espaço para suas contribuições, respeitando o tempo previamente acordado. O Vereador Tiago Leite, solicitando a palavra pela ordem, sugeriu a troca de assentos na mesa para facilitar a apresentação do relatório do quadrimestre pelo Secretário de Educação. A Vereadora Professora Lívia convidou os vereadores e vereadoras presentes a fazerem uma saudação inicial antes do início da apresentação do relatório do quadrimestre. A Vereadora Júlia Casamasso cumprimentou os presentes, os vereadores e os convidados da audiência pública de apresentação do relatório do primeiro quadrimestre da Educação. Agradeceu a presença de todos e destacou a importância de ver o plenário cheio para debater a educação pública. Finalizou manifestando expectativa por uma boa audiência e um debate produtivo que gere frutos ao longo do ano. O Vereador Júnior Coruja iniciou sua fala cumprimentando a presidência da audiência, os membros da mesa e a equipe da Secretaria de Educação presente. Destacou com entusiasmo a presença do atual Secretário de Educação, Alexandre Gurgel, e da ex-secretária Adriana de Paula, ressaltando que é raro a participação conjunta de dois ocupantes da pasta em uma mesma audiência. Manifestou otimismo quanto à qualidade do debate e fez um apelo para que a discussão ocorra com foco na educação das crianças e no futuro da cidade, deixando de lado disputas políticas. O Vereador Gil Magno iniciou cumprimentando a Vereadora Professora Lívia, desejando sucesso na condução da audiência pública. Saudou o Secretário de Educação, Alexandre Gurgel, e estendeu os cumprimentos à equipe da área da educação, incluindo a ex-secretária Adriana de Paula, a quem reconheceu pelo bom atendimento durante sua gestão. Ressaltou que o relatório do quadrimestre abrange um mês da gestão anterior e três meses da atual. Cumprimentou também o Secretário de Governo, Fred, que representava Hingo Hammes e também é vereador licenciado. Finalizou desejando uma boa audiência a todos, destacando a importância da coleta de dados para o planejamento educacional. A Vereadora Professora Lívia perguntou se mais algum vereador gostaria de fazer uma saudação inicial. O Secretário de Governo Fred Procópio solicitou a palavra antes da apresentação do relatório e agradeceu à Vereadora Professora Lívia, ao Vereador Júnior Coruja, aos demais vereadores, ao Secretário de Educação Alexandre Gurgel e a presidente do sindicato, Rose. Destacou a importância da audiência, lembrando que esta foi a primeira vez em que a Secretaria de Educação participou da apresentação do relatório do quadrimestre em formato de audiência pública noturna, com a presença da sociedade





civil, nos moldes já adotados pela área da saúde. Fred ressaltou que a iniciativa foi fruto de um projeto de sua autoria, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, que incluiu também a obrigatoriedade de prestação de contas por parte da Defesa Civil, considerando o papel fundamental da prevenção de desastres no município. Justificou a inclusão da Secretaria de Educação no projeto pelo seu papel estratégico no desenvolvimento da cidade, tanto por sua atuação junto às crianças quanto pela relevância orçamentária e pela capacidade de entrega de políticas públicas. Encerrou agradecendo a presença dos servidores da educação presentes na audiência, reconhecendo a contribuição de profissionais que atuaram tanto na gestão anterior quanto na atual, e expressou seu orgulho e carinho pelo trabalho realizado pela categoria. A Vereadora Professora Lívia agradeceu a fala do Secretário Fred Procópio e reforçou a importância da audiência, destacando que, conforme já mencionado pela Vereadora Júlia Casamasso, esta é a primeira vez que o relatório do quadrimestre da Educação é apresentado neste formato. Reconheceu a autoria da iniciativa como sendo do então vereador Fred Procópio e destacou que o momento de apreciação do relatório também permite observações e eventuais propostas de emenda à lei, com o objetivo de aprimorar a apresentação dos dados e a transparência da prestação de contas da educação pública. Na sequência, passou a palavra ao Secretário de Educação para a apresentação, consultando-o sobre a possibilidade de realizar a exposição no tempo de 20 minutos. O Secretário de Educação, Alexandre Gurgel, iniciou sua fala cumprimentando a Vereadora Professora Lívia e os demais vereadores, agradecendo o esforço empreendido para a realização da audiência e pela oportunidade de apresentar de forma fidedigna os dados do último quadrimestre. Estendeu os cumprimentos ao Secretário de Governo Fred Procópio, aos colegas secretários, às equipes gestoras e aos presentes, destacando a relevância do momento como um marco de transparência e ordenamento democrático na área da educação. Fez uma saudação especial à ex-secretária de Educação Adriana de Paula, reconhecendo a contribuição dela para a pasta e destacando o respeito mútuo e a boa convivência ao longo dos anos. Enfatizou que o relatório a ser apresentado diz respeito aos últimos quatro meses do ano de 2024. Para garantir celeridade à apresentação, informou que o conteúdo seria dividido em dois blocos: um pedagógico, que seria conduzido pela subsecretária pedagógica Ana Carolina Kapler, e outro financeiro, que seria apresentado por João Heider, coordenador administrativo da Secretaria. Solicitou que João Heider se posicionasse à frente para facilitar a transição no momento de sua fala. A subsecretária pedagógica da Secretaria de Educação Carolina Andreia deu início à apresentação do relatório do quadrimestre, saudando os presentes e explicando que a primeira parte da exposição trataria da educação





compreendendo: educação infantil (creche, para crianças de 0 a 3 anos, e pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses), anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano), Educação de Jovens e Adultos (EJA - da 1ª à 9ª fase) e Ensino Médio. A Vereadora Professora Lívia interrompeu brevemente para esclarecer um equívoco na exibição dos materiais, solicitando que fosse apresentado o arquivo correto da apresentação em slides, e não o relatório detalhado. O Vereador Léo França fez uma questão de ordem, recordando situação semelhante ocorrida durante a apresentação da área da saúde, quando solicitou a exibição do documento que havia sido protocolado na Câmara. Reforçou o pedido para que fosse apresentado o material oficial protocolado junto à Casa Legislativa, a fim de garantir acompanhamento adequado por parte dos parlamentares. A Vereadora Professora Lívia respondeu ao questionamento, afirmando que tanto o relatório quanto a apresentação foram devidamente protocolados pelo governo, cumprindo o que está previsto na legislação. Reiterou a solicitação para que fosse exibido o arquivo correto da apresentação. Após a confirmação de que o arquivo correto havia sido localizado, a Vereadora devolveu a palavra à subsecretária pedagógica, que retomou a apresentação. A subsecretária pedagógica da Secretaria Municipal de Educação iniciou sua fala apresentando o relatório técnico referente ao terceiro quadrimestre de 2024, cumprindo o que determina a Lei Municipal nº 8.860/2024. Informou que, conforme a organização da pasta, o ano letivo é dividido em quatro quadrimestres, sendo o primeiro correspondente ao período de setembro a dezembro de 2024. Destacou que o relatório foi elaborado de acordo com os critérios exigidos pela legislação vigente, contemplando dados sobre a estrutura da rede municipal de ensino, recursos humanos, número de matrículas, investimentos em infraestrutura e indicadores de desempenho dos alunos. A apresentação seguiu os seguintes tópicos: 1. Introdução: Apresentação das etapas da educação básica conforme a LDB (Lei nº 9.394/96), abrangendo a educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental (anos iniciais e finais), EJA (Educação de Jovens e Adultos) e ensino médio. 2. Recursos Humanos: Número de professores contratados por RPA, com detalhamento mensal (setembro: 885, outubro: 889, novembro: 790, dezembro: 860); Número de educadores terceirizados atuando na educação infantil; Quantitativo de concursados distribuídos por cargos (professores, auxiliares, cozinheiros, intérpretes de Libras, entre outros); Convocação de profissionais concursados em setembro e dezembro, com total de 746 convocados para a 1ª região e 158 para a 2ª região; Informações sobre estagiários e demais contratados terceirizados.

3. Matrículas: Dados extraídos do Censo Escolar, totalizando 37.261 alunos na rede municipal; Detalhamento por etapa de ensino: educação infantil (9.673), ensino

Del



fundamental (26.231), EJA (1.236), e ensino médio (121); Matrículas na Educação Especial: total de 2.058 alunos público-alvo da Educação Especial. 4. Fila de Espera: Evolução da fila de espera ao longo do quadrimestre: setembro (1.388), outubro (1.401), novembro (2.046) e dezembro (1.295). 5.Infraestrutura Escolar: Medidas de segurança como projetos de incêndio e pânico, instalação de câmeras de monitoramento e treinamentos com a Defesa Civil; Estrutura tecnológica: 18 laboratórios com 231 computadores e internet em todas as unidades. 6.Atividades Extracurriculares: Atendimento a 62 unidades de Educação Infantil, 73 escolas de Ensino Fundamental e 2 Centros de Educação Especial. 7. Indicadores de Desempenho Escolar: Apresentação dos resultados do programa Alfabetiza Rio com destaque para a melhora de três pontos em leitura e queda de oito pontos em matemática; Resultados do CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação), com aplicação de avaliações diagnósticas e de fluência leitora em diferentes etapas do Ensino Fundamental. Ao final de sua fala, a subsecretária propôs antecipar a apresentação da parte referente aos indicadores de desempenho escolar, antes da transição da apresentação para o representante da área financeira, João Heider. O servidor João Haider iniciou sua fala cumprimentando os presentes e informando que a apresentação teria como objetivo apresentar os dados do terceiro quadrimestre de 2024, com base nas informações extraídas do sistema IMAC, utilizado pela Prefeitura para contabilização das receitas e despesas das secretarias e fundos municipais. Solicitou a exibição do slide 7, que contém o resumo das receitas da Secretaria de Educação no período. Destacou os seguintes valores: Salário Educação (FNDE): R\$ 5.950.954,53; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): R\$ 1.718.919,90; Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): R\$ 8.618,44; Transferências diretas do FNDE (PDDE e outros): R\$ 69.963,52. Em relação aos recursos do FUNDEB, foram apresentados os seguintes repasses: FUNDEB 70%: R\$ 51.930.817,74; FUNDEB 30%: R\$ 22.256.064,75; Complementação VAAT 70%: R\$ 4.391.044,39; Complementação VAAT 30%: R\$ 1.881.876,19; Complementação VAAR: R\$ 4.254.865,46. Também foram indicadas: Transferências municipais (25% dos recursos próprios): R\$ 77.590.964,52; Royalties do petróleo destinados à Educação: R\$ 15.047,49. Em seguida, foi apresentado o quadro das despesas: Valor orçado inicialmente para 2024: R\$ 401.188.024,46; Valor orçado final após alterações: R\$ 495.671.505,70; Saldo a empenhar no período: R\$ 9.146.426,98; Valor liquidado: R\$ 172.610.187,31; Valor pago: R\$ 187.959.760,53; Restos a pagar processados: R\$ 7.762.291,24; Restos a pagar não processados: R\$ 4.042.133,49; Total a pagar transferido para o exercício seguinte: R\$ 11.804.424,73. Ao tentar iniciar o conteúdo do slide 9, referente às considerações finais e às despesas não empenhadas, o Vereador Léo



França solicitou a palavra pela ordem, alertando que os dados apresentados estavam tratando de despesas não empenhadas de 2023, quando, na verdade, a audiência referia-se ao terceiro quadrimestre de 2024. Sugeriu que fosse feito o ajuste para garantir a correção dos encaminhamentos. Na sequência, João Haider confirmou o apontamento e prosseguiu com a apresentação das despesas não empenhadas referentes a 2024, que deverão ser pagas com o saldo financeiro de 2025: INPAS (alíquota suplementar): R\$ 74.933.208,70; Energia elétrica das unidades escolares (ENEL): R\$ 644.323,81; Água: R\$ 1.253.423,05; Capital ambiental: R\$ 8.400.000,00; Convênios com Escolas Parceiras: R\$ 1.207.571,00; Consignação da folha de pagamento de dezembro de 2024: R\$ 1.672.524,96; Alimentação escolar: R\$ 3.435.213,68; Obras: R\$ 21.578,89; Aluguéis: R\$ 158.138,23;Gás (insumo básico da alimentação escolar): R\$112.710,00. Informou ainda que os valores foram organizados em dois blocos denominados "Pgdrem 1" e "Pgdrem 2", por já estarem assim segmentados internamente. Em Pgdrem 1, R\$1.514.746,47 os valores referem-se a estagiários, transporte escolar, RPAs e outros itens. Entre eles, destacou: Transporte escolar: R\$461.000,00; Pgdrem 2: R\$924.732,17; Férias (pagas em janeiro de 2025): R\$5.543.296,13. Sobre as despesas empenhadas em 2024, sem saldo financeiro, João destacou: Recursos próprios aplicados na alimentação escolar: R\$ 3.181.872,33; Programa Nacional de Alimentação Escolar (COSIP): R\$ 253.322,75; Obras: R\$ 21.578,89; Material de consumo: R\$ 17.796,60; Gás: R\$ 112.710,00. Finalizando, mencionou que há obras suspensas com despesas ainda a empenhar em 2025, totalizando R\$ 3.426.315,86, e apontou a existência de transferência entre contas, detalhada no último slide da apresentação. Vereador Léo França solicitou a palavra pela ordem e fez um pronunciamento enfatizando a gravidade das informações apresentadas pela Secretaria de Educação. Afirmou que os dados não condizem com a realidade e que há inconsistências graves, principalmente no que se refere à dívida de R\$ 75.933.208,70 atribuída à Educação, referente à alíquota suplementar do IMPAS. Segundo o vereador, esse valor corresponde à dívida do município como um todo, conforme consta no Ministério da Previdência Social, e não pode ser imputado exclusivamente à pasta da Educação. Destacou ainda que, em sessões anteriores, o Secretário de Fazenda afirmou ter quitado dívidas da gestão anterior, mas não apresentou comprovação, mesmo após requerimento formal. Também criticou a ausência de informações claras por parte do Secretário de Saúde sobre os recursos de R\$30 milhões recebidos em janeiro. O vereador reforçou que a apresentação de números sem respaldo fere o princípio da transparência e pode configurar improbidade administrativa. Solicitou que o Secretário de Governo, Fred Procópio, revise os dados apresentados e traga informações corretas à Casa, respeitando a importância do debate com os servidores





presentes. A Vereadora Professora Lívia deu início a uma nova etapa da Audiência Pública, fazendo considerações sobre a apresentação do relatório da Secretaria de Educação. Reforçou a fala do Vereador Léo França, afirmando que a Câmara irá acompanhar com atenção e responsabilidade a situação orçamentária e financeira do município, especialmente diante da preocupação de que a apresentação de um cenário de caos financeiro sirva como justificativa para não conceder o reajuste anual aos servidores da educação. Destacou diversas omissões e lacunas no relatório apresentado, entre elas: Ausência de dados reais sobre a carência de profissionais da Educação, inclusive os Regimes de Trabalho Especiais (RETs), o que prejudica a convocação de concursados e leva à sobrecarga de trabalho. Falta de informações sobre os afastamentos por motivos de saúde, especialmente por questões relacionadas ao ambiente de trabalho, como estresse e depressão. Extinção de cargos essenciais pela prefeitura, como educador, instrutor e intérprete de Libras, inspetor de disciplina, entre outros, prejudicando a inclusão e o funcionamento das unidades escolares. Ausência de informações sobre formação continuada, mesmo com registros de formações realizadas, como as em parceria com a Fiocruz. Carência de dados sobre inclusão e salas de recursos multifuncionais, educação de jovens e adultos (EJA), educação integral, merenda escolar, psicologia escolar, obras emergenciais, Ensino Médio, permutas, busca ativa e servidores cedidos para outras secretarias. Baixa cobertura de laboratórios de informática, citando a importância de parcerias com instituições como LNCC, Serratec e CEFET. Indicou o programa federal "Mais Ciência nas Escolas" como uma oportunidade de captação de recursos. Ausência de dados sobre atividades extracurriculares e esportivas, como xadrez, capoeira, teatro, grafite, música, psicomotricidade, entre outras, além da falta de detalhamento sobre avaliação externa por série/ano. Em relação às questões financeiras, a vereadora observou que o relatório aponta um déficit orçamentário, mas não informa os saldos financeiros das contas da educação, o que impede uma análise completa da real situação fiscal da pasta. Anunciou que será feito um requerimento de informação à Secretaria de Fazenda, solicitando dados sobre o planejamento para cobertura do déficit com o INPAS e o cumprimento do parcelamento. Finalizou lembrando que a apresentação da Secretaria de Saúde feita recentemente abordou o Programa Saúde na Escola e recomendou que a Secretaria de Educação passe a incluir essas ações nos relatórios quadrimestrais, ainda que não estejam previstas na legislação atual. Em seguida, passou a palavra à Vereadora Júlia Casamasso. A Vereadora Júlia Casamasso iniciou sua fala agradecendo à presidência e afirmou já se sentir contemplada por muitas das questões levantadas anteriormente, destacando que grande parte delas já haviam sido previamente mapeadas por seu





gabinete. Em seguida, limitou-se a tratar de pontos que ainda não haviam sido mencionados. A parlamentar destacou, em primeiro lugar, a importância da luta contra o Decreto nº 555, que trata da terceirização dos postos de trabalho na rede municipal de ensino. Ressaltou que a terceirização implica em precarização das condições de trabalho e impacta diretamente a aposentadoria dos servidores. Defendeu a valorização do servidor público como condição essencial para uma Educação Pública de qualidade, reiterando que escolas devem ser ocupadas por servidores efetivos e não por contratos temporários e terceirizados. A Vereadora apontou a ausência de informações no relatório referentes às atividades extracurriculares, especialmente no contexto das escolas de tempo integral. Afirmou que não é possível falar em tempo integral sem garantir a integralidade da formação das crianças, questionando quais atividades estão sendo ofertadas no contraturno. Salientou que a escola de tempo integral não pode ser tratada como um simples depósito de crianças e que é necessário garantir o acesso a atividades formativas diversas. Em seguida, dirigiu questionamentos específicos à Secretaria de Educação: 1. Indagou sobre a ausência de informações relativas ao Ensino Médio, uma vez que o relatório aborda apenas a Educação Infantil, o Ensino Fundamental – anos iniciais e finais -, sem menção aos professores contratados para o Ensino Médio. Perguntou objetivamente se há, atualmente, professores contratados atuando no Ensino Médio da rede municipal. 2. Sobre o projeto *Tecendo Vivências*, a Vereadora destacou que o relatório apenas indica os locais onde o projeto foi realizado, mas não informa o número de pais e crianças atendidas. Solicitou esses dados para melhor avaliação da iniciativa. 3.A respeito dos profissionais contratados por RPA, informou que, de acordo com relatório atualizado recebido naquela data, há 549 RPAs atuando na Educação Municipal, sendo que 65 deles trabalham 30 tempos semanais ou mais, e 30 profissionais com carga horária superior a 42 tempos, o que corresponde ao equivalente a 704 cargos efetivos. Diante da decisão judicial que determina o encerramento desses contratos até 18 de junho, questionou se há um planejamento efetivo para substituição dos RPAs e se os profissionais concursados que aguardam nomeação serão aproveitados para essa finalidade. 4. Demonstrou preocupação com a informação, presente nas considerações finais do relatório, de que houve um apagão de dados. Questionou se foi possível recuperar parte das informações perdidas e como isso afetou a consolidação do relatório apresentado. Solicitou esclarecimentos sobre medidas adotadas para evitar que situações semelhantes ocorram futuramente. 5. Indagou se há, por parte da Secretaria, um plano unificado para implementação da lei que trata da proibição do uso de celulares em sala de aula, considerando o contexto tecnológico vivenciado pelas crianças e a dificuldade de deixar essa responsabilidade a cargo exclusivo de cada unidade escolar ou





diretora. 6. Questionou ainda se houve, no último quadrimestre, qualquer ação em relação à revisão do Plano Municipal de Educação, uma vez que este ano marca o período de sua renovação. Perguntou se há compromisso da gestão com a elaboração de um cronograma para debater o plano com a Comissão de Educação da Câmara e com a sociedade civil, reforçando que a Educação Pública é de interesse coletivo e o plano precisa ser construído de forma participativa. 7. Por fim, apontou divergências entre os dados financeiros do balancete de realização da despesa orçamentária da Educação, que apresenta o total geral de R\$495.671.000,00, e os dados do relatório fiscal do quadrimestre, que indicam o valor de R\$186.000.000,00. Mencionou também a diferença nos valores de "restos a pagar": enquanto no relatório da educação consta o valor de R\$11.804.000,00, no relatório fiscal esse valor é de R\$4.420.000,00. Solicitou esclarecimentos sobre essas divergências e a ausência de detalhamento no relatório fiscal. Encerrando sua fala, a Vereadora Júlia Casamasso informou que havia outras perguntas, mas optou por priorizar as mais relevantes naquele momento e disponibilizou seu tempo para que outros parlamentares também pudessem fazer uso da palavra. Em seguida o Vereador Octavio Sampaio iniciou sua fala agradecendo à presidência e registrou sua preocupação com um ponto específico mencionado anteriormente pela Vereadora Professora Lívia e pela Vereadora Júlia Casamasso: o apagão de dados ocorrido em outubro de 2024, que teria comprometido o servidor principal da Prefeitura de Petrópolis, afetando diretamente todos os departamentos da Secretaria de Educação. O parlamentar classificou o fato como extremamente grave, afirmando que a perda de dados compromete não apenas o andamento do ano letivo vigente, como também o planejamento e execução dos anos subsequentes. Ressaltou que, caso tenha havido dolo na situação, trata-se de um caso de polícia e que merece investigação aprofundada. Mencionou ainda que outras secretarias também relataram problemas semelhantes, e que algumas pessoas o procuraram para relatar situações relacionadas. Diante disso, solicitou mais detalhes sobre o ocorrido e se colocou à disposição para colaborar com eventuais investigações, enfatizando a necessidade de apuração dos fatos. Encerrando sua fala, reforcou que o apagão de dados não pode ser tratado como um episódio isolado e sem consequências, e que deve ser devidamente esclarecido. O Vereador Léo França pede fala pela ordem, retornando à discussão sobre as contas da Educação referentes aos exercícios anteriores. Mencionou que, segundo relatório do Tribunal de Contas, em 2021 a Prefeitura teria aplicado apenas 18,5% do orçamento em Educação, o que gerou um rombo de R\$47.409.000,00. Acrescentou que em 2020 o passivo foi de R\$ 25.376.000,00, o que somado resultaria em R\$72 milhões, e que, com os R\$58 milhões referentes a precatórios, o impacto total chegaria a R\$130 milhões. Expressou





preocupação com a inconsistência dos dados apresentados na audiência, argumentando que o governo atual, ao assumir, recebeu um relatório completo da gestão anterior com todos os dados consolidados no final de dezembro de 2024. Nesse momento foi interrompido pela Vereadora Professora Lívia, que questionou o uso do pedido de ordem como tempo de fala. O Vereador Léo França reagiu dizendo: "Mas a senhora me deu 5 minutos... a senhora deu 5 minutos lá pro Octavio...", ao que a Vereadora Professora Lívia respondeu: "Você pediu pela ordem, vereador. Conclua, por favor, dentro do seu tempo de fala". Após a intervenção, o vereador seguiu com sua exposição. Léo França prosseguiu argumentando que a equipe de transição da atual gestão não teria cumprido adequadamente seu papel, e que agora tentaria transferir a responsabilidade ao ex-prefeito. Em seguida, dirigiu-se ao Secretário de Educação para manifestar indignação com a convocação de servidores municipais para comparecerem à audiência, por meio de uma publicação feita pelo próprio Secretário. Classificou tal atitude como uma "assédio moral" e pediu mais responsabilidade na comunicação institucional. O vereador reiterou a importância da correta aplicação dos recursos da Educação e mencionou que, entre 2022 e 2023, o governo anterior precisou aplicar valores represados da gestão interina, o que resultou em um índice de aplicação de 31,9% em 2023 e 26,9% em 2022. Por fim, levantou a necessidade de uma apuração detalhada sobre a licitação para a compra de merenda escolar realizada pelo governo anterior, questionando se foi o atual Secretário quem autorizou diretores e diretoras escolares a realizarem compras através do PGDREM (Programa de Gestão Descentralizada de Recursos da Educação Municipal), mesmo com um processo licitatório já concluído. O vereador encerrou sua fala afirmando que retornará a esse tema com mais profundidade em outro momento. O Vereador Dr. Aloisio solicitou questão de ordem para comentar a fala anterior do Vereador Léo França. Iniciou agradecendo e afirmou que seria breve. Esclareceu que, ao mencionar o ano de 2021, o Vereador Léo se referia a um período já amplamente debatido e que deve ser considerado dentro do contexto da pandemia. O Vereador Dr. Aloisio destacou que, em razão da crise sanitária, foi promulgada em sessão solene do Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 119/2022, a qual desobriga estados e municípios da aplicação mínima de recursos na educação durante o ano de 2021, justamente em função dos efeitos da pandemia de COVID-19. Reforçou ainda que naquele período as escolas estiveram com aulas suspensas, funcionando com ensino híbrido, o que impactou diretamente na diminuição dos recursos aplicados na área. A Vereadora Professora Lívia faz uma intervenção, destacando que, embora as questões levantadas sejam pertinentes, não era o objetivo da audiência entrar em um "bate-bola" de questões de ordem. Ela explicou que o foco da sessão era discutir os





dados apresentados, e não entrar em discussões sobre os governos anterior ou atual. A vereadora reforçou que a audiência tinha um limite de tempo até às 22 horas, e pediu aos parlamentares presentes que respeitassem a dinâmica, para que a reunião pudesse avançar de forma produtiva. Solicitou que, ao pedirem questão de ordem, os vereadores não requisitassem outro momento para falar, garantindo o andamento eficaz da audiência. Após esse posicionamento, a vereadora passou a palavra ao Vereador Wesley Barreto, vice-presidente da Comissão de Educação. O Vereador Wesley Barreto iniciou sua fala cumprimentando a todos presentes na audiência, incluindo os servidores, professores, representantes do governo municipal e os demais vereadores. Ele parabenizou a Secretaria de Educação e a Secretaria de Governo pela iniciativa de apresentar os dados e realizar a prestação de contas, destacando a importância dessa transparência para o município e a coisa pública. Em seguida, o vereador reforçou seu compromisso com a Comissão de Educação, na qualidade de vice-presidente, e se colocou à disposição para colaborar com o trabalho da comissão, destacando que os servidores e professores podem contar com seu apoio. Ele ressaltou a importância da valorização dos trabalhadores da Educação e mencionou a necessidade de pensar a educação a médio e longo prazo, diante dos desafios, dificuldades e precariedades enfrentadas pelo setor. O vereador defendeu ainda a inovação no ensino, mencionando a inclusão de robótica e inteligência artificial nas escolas, como ferramentas importantes para o aprimoramento do ensino e a qualificação dos alunos, preparando-os para o mercado de trabalho. Ele também sugeriu que a educação financeira fosse incorporada às atividades extracurriculares para ajudar na formação econômica dos alunos e na melhoria da economia local e nacional. O Vereador Wesley Barreto enfatizou a importância de melhorar constantemente a qualidade do ensino, tanto na metodologia quanto na infraestrutura das escolas, além de defender a valorização contínua dos servidores e professores, que são os responsáveis por proporcionar uma educação de qualidade. Finalizando, o vereador sugeriu a discussão de projetos e iniciativas, como a oferta de material escolar e uniforme gratuito, que já são realidade em outros municípios, e destacou o desejo de avançar na formação e qualificação dos alunos da Rede Pública de Ensino. Ele agradeceu à Vereadora Professora Lívia, presidente da Comissão de Educação, e reafirmou que pode contar com seu trabalho e atuação. A Vereadora Professora Lívia agradeceu ao Vereador Wesley Barreto pela sua contribuição e, em seguida, passou a palavra ao Vereador Thiago Damaceno, que também faz parte da Comissão de Educação como Vogal, para que ele pudesse se manifestar. O Vereador Thiago Damaceno cumprimentou a Vereadora Professora Lívia, presidente da Comissão de Educação, e todos os vereadores presentes. Em





seguida, cumprimentou o Secretário de Educação Alexandre Gurgel, o Secretário de Governo Fred Procópio e todos os representantes da Prefeitura de Petrópolis e da Educação. O vereador afirmou que seria direto em sua intervenção, levantando uma questão sobre os dados apresentados. Embora soubesse que isso não era parte da exigência, o vereador solicitou, caso fosse possível, o acesso à informação sobre o valor da folha de pagamento da Educação referente aos salários pagos apenas aos servidores concursados, e perguntou sobre a ordem de grandeza mensal desse valor. A Vereadora Professora Lívia fez mais uma intervenção informando que passaria a palavra aos vereadores que estavam fazendo os questionamentos, e que em seguida o governo responderia às perguntas. Após as respostas, a vereadora afirmou que daria sequência à participação dos convidados e convidadas presentes na mesa. Em seguida, passou a palavra para o Vereador Júnior Coruja. O Vereador Júnior Coruja iniciou sua fala cumprimentando todos e todas e expressou seu apoio às palavras da Rose do Sepe. Ele enfatizou a importância de focar na situação real em relação à apresentação dos dados, destacando que, embora a transição de governo tenha sido difícil, o prefeito e o secretariado da educação estarão sempre disponíveis para fornecer as informações necessárias. O vereador afirmou que tem certeza de que no próximo quadrimestre, o governo atual trará 100% das informações que não foram apresentadas durante a transição, e que isso continuará ao longo de todo o ano de 2025. O Vereador Gil Magno faz uso de seu tempo regimental e iniciou sua fala cumprimentando a Vereadora Professora Lívia, presidente da Comissão de Educação, e todos os membros da Comissão, destacando a importância de levar a sério os encaminhamentos relacionados à educação. Ele parabenizou o Secretário Alexandre Gurgel e os demais responsáveis pela apresentação dos dados, destacando a importância de tornar as informações cada vez mais transparentes. O vereador também parabenizou o Secretário Fred, atual Secretário de Governo e Planejamento, ressaltando que essas duas pastas são fundamentais para o município. Ele afirmou que a audiência é um reflexo da seriedade com que se trata a Educação e que todos os vereadores apoiam essa iniciativa. O vereador fez um pedido para que as emendas impositivas dos vereadores sejam incluídas no próximo relatório, ressaltando que 20 a 25% de suas emendas são destinadas à educação, o que é essencial para a transparência na aplicação dos recursos. Em seguida, o Vereador Gil Magno dirigiu-se ao Vereador Léo França, mencionando que as questões levantadas por ele são pertinentes e que, de fato, é necessário realizar mudanças. Ele destacou que acredita que o Secretário Fred, junto ao Secretário de Educação, tomará as providências necessárias para corrigir as questões apontadas, afirmando que a omissão ou dados incorretos devem ser corrigidos para estabelecer um processo correto. O vereador



reforçou que a Audiência Pública, o relatório a ser feito e a ata da reunião são instrumentos importantes para garantir a transparência e a correção dos pontos levantados. Ele concluiu sua fala com a expectativa de que, com bom senso, será possível produzir um grande relatório e uma ata que contemple todas as informações pertinentes. O Vereador Dr. Aloisio fez uso de seu tempo regimental e iniciou sua fala cumprimentando a Vereadora Professora Lívia, presidente da Comissão de Educação, o Secretário Gurgel, a ex-secretária Adriana Paula e todos os profissionais da Educação presentes na audiência. Ele reiterou a importância de aumentar a transparência do relatório, destacando a relevância da apresentação feita. O vereador então fez uma observação sobre o relatório, mencionando que uma questão que o chamou atenção foi o número de servidores, especificamente a quantidade de contratados, terceirizados e estagiários. Ele observou que o número de servidores efetivos é praticamente igual ao de não servidores, e questionou sobre o impacto da terceirização para o Índice de Profissionalização e como isso afeta a qualidade do serviço prestado. O vereador concluiu parabenizando todos pela apresentação e agradeceu pela oportunidade de poder contribuir com o debate. O Vereador Tiago Leite faz uso de seu tempo regimental e iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes na audiência pública, destacando que todos estão ali com o mesmo propósito: a Educação. Parabenizou a Vereadora Professora Lívia, presidente da Comissão de Educação, pela condução da audiência pública de forma coerente e respeitando o Regimento Interno da Casa. O vereador também parabenizou a Secretaria de Educação pela apresentação dos dados, expressando preocupação com alguns números apresentados, especialmente no que se refere às férias não pagas e ao valor elevado relacionado a esse item. Embora tenha considerado que, como o Vereador Léo França mencionou, algumas questões possam ter coerência, o vereador reforçou a importância de analisar esses dados com atenção para garantir que os números realmente confiram e possibilitem o melhor julgamento sobre a situação. Por fim, o vereador agradeceu a oportunidade de poder contribuir com a discussão e parabenizou novamente a presidente Vereadora Professora Lívia pela condução da audiência, considerando-a espetacular. O Vereador Léo França iniciou sua fala questionando o Secretário de Educação sobre o número de mediadores escolares. Observou que, no final de 2024, o número de mediadores havia aumentado de 200 para 700, e questionou quantos mediadores estavam atualmente presentes nas escolas municipais. Em seguida, abordou a merenda escolar para crianças com necessidades especiais, perguntando se ela estava sendo servida conforme o padrão adotado no governo anterior. O vereador também trouxe à tona uma situação preocupante em relação aos ônibus escolares, comparando o local destinado a esses veículos com um





"cemitério de ônibus". Em seguida, perguntou ao secretário se o contrato de manutenção dos ônibus escolares havia sido encerrado, pois não havia sido publicada nenhuma alteração no Diário Oficial. Questionou ainda sobre a adesão a uma ata de Itaguaí para a revisão de ônibus escolares, pedindo esclarecimentos sobre como isso estava sendo feito sem a devida publicação no Diário Oficial e sobre o destino dos ônibus escolares, se seriam retirados da cidade e levados para Itaguaí ou se seriam consertados localmente. A Vereadora Professora Lívia fez uma intervenção durante a Audiência Pública para organizar as falas e garantir o bom andamento dos trabalhos. Ela pontuou que a Vereadora Júlia Casamasso havia solicitado uma questão de ordem, e logo depois o Vereador Dr. Aloisio também fez um pedido de questão de ordem. A Vereadora Professora Lívia pediu a todos os parlamentares que, após as intervenções, passassem a palavra ao governo para que as questões fossem esclarecidas. Assim sendo, a Vereadora Júlia Casamasso fez um questionamento durante a Audiência Pública, destacando a ausência de informações no relatório sobre o Selo Antirracista. Ela ressaltou que o Selo foi um projeto implementado no último quadrimestre e que prevê um ganho orçamentário para as escolas que conquistam o selo. A vereadora destacou a importância de saber se as escolas que obtiveram o Selo Antirracista irão receber a verba prevista, além de entender melhor o processo que levou à conquista do Selo pelas escolas. Ela solicitou que essa questão fosse respondida brevemente ainda durante a Audiência Pública. Em seguida, a Vereadora Professora Lívia agradeceu à Vereadora Júlia Casamasso pela observação e destacou também a importância de incluir no relatório as atividades realizadas em parceria com outras secretarias, como foi o caso da formação em Educação Ambiental promovida pela Secretaria de Educação. Ela ressaltou que essas atividades, apesar de relevantes, não constam no relatório apresentado, e sugeriu que isso fosse incluído nas informações. Em seguida, o Vereador Dr. Aloisio reiterou a solicitação do Vereador Léo França para que seja enviado um ofício de informação ao governo, solicitando os dados referentes aos questionamentos feitos por ele durante a audiência, destacando que o Vereador Léo França tem todo o direito de buscar as informações necessárias. A Vereadora Lívia informou que passaria a palavra para o Secretário Fred Procópio por 5 minutos. Em seguida, passaria a palavra para o Secretário de Educação, dando continuidade à audiência com os convidados na mesa. O Secretário de Governo Fred Procópio agradeceu à Vereadora Professora Lívia e aos demais vereadores pela oportunidade e começou destacando algumas questões importantes. Ele mencionou que algumas demandas precisam ser adequadas e comparadas no próximo quadrimestre e que essas questões já foram encaminhadas pela Secretaria de Governo. Solicitou que o relatório elaborado pela Vereadora Professora





Lívia fosse encaminhado à Secretaria de Governo para análise. Fred também reforçou que, por se tratar de um quadrimestre da gestão passada, seria necessário respeitar a gestão anterior e o trabalho dos profissionais da Educação, independentemente da gestão em que se encontravam. Ele pontuou que havia um número significativo de profissionais afastados por questões de saúde, devido ao dia a dia da pandemia e outros fatores como o fechamento de escolas por três meses. Afirmou que o município enfrentou sérias dificuldades financeiras, o que impactou a gestão de setores essenciais como a Educação. Fred mencionou ainda que a situação financeira estava refletida na falta de recursos para várias áreas, incluindo merenda escolar e transporte escolar, mas que todos os esforços estavam sendo feitos para corrigir essas questões. Sobre as dificuldades enfrentadas pela gestão, ele pediu aos vereadores que respeitassem a realidade orçamentária e as dificuldades vividas no ano anterior, mencionando que o município ainda se encontrava em um processo de recuperação financeira. Concluiu enfatizando que o objetivo era olhar para frente e trabalhar para corrigir as questões em aberto, com o compromisso de continuar colaborando para melhorar a Educação na cidade. A Vereadora Professora Lívia informou que agora passaria a palavra para o Secretário para responder às questões levantadas durante a audiência. Ela destacou que a audiência tinha um limite de tempo até às 22 horas, e mencionou que ainda seria possível passar a palavra para o plenário. Disse que estava observando várias manifestações no local e, por isso, abriria o microfone para quem quisesse fazer questionamentos ou contribuições. O Secretário Alexandre Gurgel iniciou sua fala pedindo a instrução sobre a participação de sua equipe, mencionando que seu coordenador administrativo teria 5 minutos e sua subsecretária também. Em seguida, fez um registro de urbanidade, destacando que, em sua primeira visita à casa, dois movimentos ruins ocorreram: o primeiro, uma acusação sobre a adesão de uma ata, explicando que a adesão não é uma prática da 1413, e sim um processo formal de demanda com estudo técnico e encaminhamento ao DELCA para pesquisa de preços, que pode incluir atas de diferentes localidades. Ele também desmentiu acusações sobre ser padrinho político, afirmando que foi convidado pelo prefeito Hingo Hammes para assumir o cargo e que não tem nenhum padrinho político, sendo um membro legítimo da cidade. O Secretário continuou dizendo que ficou muito feliz com as contribuições dos vereadores, especialmente a do Vereador Léo França e da Vereadora Júlia Casamasso, destacando que as questões levantadas são muito importantes e devem ser debatidas. Ele afirmou que as contribuições seriam usadas para aprimorar o próximo relatório do quadrimestre, tornando-o mais preciso e alinhado aos anseios da Casa Legislativa. Ele também comentou sobre a gravidade do apagão de dados, conforme citado pelo





Vereador Octavio Sampaio, afirmando que o apagão afetou várias secretarias e foi registrado tanto na procuradoria-geral do município quanto no gabinete do prefeito. Ele mencionou que em outubro foi contratada uma empresa para resolver o problema, mas só conseguiu entregar os dados em fevereiro, o que resultou na necessidade de pedir prorrogação de prazo para poder apresentar dados consistentes na audiência. O Secretário detalhou os problemas encontrados, como a perda de dados importantes, como as rotas de ônibus, que foram deletadas, e a situação dos ônibus quebrados. Também afirmou que o contrato de manutenção será abordado no relatório deste ano. Para concluir, o Secretário agradeceu à Casa Legislativa e a todos os participantes da audiência, destacando que, apesar das dificuldades encontradas nos primeiros três meses de gestão, ele e sua equipe estão comprometidos com a melhoria da Educação e que as mudanças necessárias não podem ser feitas de uma vez. O Vereador Octavio Sampaio fez um pedido de questão de ordem regimental solicitando que constasse em ata a íntegra da fala do Secretário de Educação Alexandre Gurgel. Sendo assim, se faz constar na íntegra a fala do Secretário de Educação Alexandre Gurgel: "Presidente, primeiro a título de instrução, a mesa vai ter fala ou o meu coordenador administrativo vai ter 5 minutos, a minha subsecretária também, ok? Obrigado. Segundo, antes de eu começar, uma fala de uma série de contribuições importantes, eu queria fazer um registro de urbanidade. Eu, aqui nessa casa, hoje, na minha primeira visita, fui... tiveram dois movimentos muito ruins que precisam ficar registrados. O primeiro, me acusando de deria uma ata, que quem conhece a 1413 sabe que não existe a adesão da ata para o processo. A 1413 é clara: se faz uma formalização de demanda, se faz um estudo técnico preliminar, se faz um termo de referência e se encaminha pro Delca. O Delca vai fazer a pesquisa de preços. Se o Delca entender que tem atas mais baratas e que nos atendem, se é de Itaguaí, de Santa Catarina, etc., se não, é um julgamento da Secretaria de Educação. Segundo, eu tenho liderança política, sim, eu faço parte de grupo político, só que eu não tenho padrinho. Eu fui convidado pelo prefeito Hingo Hammes, num almoço particular, debatendo o carinho que ele tem por mim, por há 40 anos morar nessa cidade, por ter criado meu filho aqui, por ter as cinzas da minha mãe e do meu pai aqui. Então, assim, eu não sou forasteiro em hipótese alguma. Alguém manda no meu trabalho técnico, então que fique registrado. Foi muito triste e desagradável. Agora, respondendo, eu fiquei extremamente feliz, porque, como a senhora colocou muito bem, o processo de melhoria ele se dá no debate e no espaço democrático. Agora, eu tô respondendo, queria pedir meus 5 minutos. Ele se dá no debate e no espaço democrático, e aí as contribuições foram espetaculares do Vereador Léo França, dos demais vereadores, queridos amigos da Vereadora Júlia, porque são questões que





precisam ser debatidas mesmo e que eu tenho certeza que a Rose também vai trazer contribuições ótimas quando ela tiver na fala dela. Então, isso aqui foi tudo registrado por mim e pela subsecretária para que, quando tratarmos desse primeiro quadrimestre, possamos já apresentar um relatório melhor, trazer as respostas mais precisas de acordo com os anseios dessa casa, justo, legítimo, e que é uma casa que fiscaliza, uma casa fiscalizadora. Queria também registrar que foi muito grave a questão do apagão e aí, na fala do Vereador Octavio Sampaio, quero vereador, lhe dizer que isso aconteceu, sim, várias secretarias pontuaram, e nós fizemos o registro disso tanto na Procuradoria Geral do Município, que registrou em cartório, como no gabinete do prefeito, porque isso não prejudicou só a transição, secretária querida amiga Adriana de Paula, você sabe disso, isso prejudicou o governo passado e o nosso governo, porque os dados foram perdidos. Em outubro, foi contratada uma empresa que, no ano passado, só conseguiu entregar os dados em fevereiro, e foi por conta disso que eu pedi dilação de prazo para poder estar aqui hoje. E os dados, quando chegaram, e graças à qualidade técnica da nossa equipe de educação inteira, de todos os departamentos, qualidade técnica de servidores que estão aqui há muito tempo, a gente conseguiu recuperar alguma coisa, porque o que nos foi entregue era inconsistente. Vereador Léo França tá correto, alguns dados não puderam ser garimpados. Nós não tivemos tempo nem qualidade de informação. Nós encontramos um encharque de discos rígidos de computadores zerados, sem nenhuma informação, sem nenhum relatório. Vou dar um exemplo único e já me paro por aí com relação a esse tema. O transporte teve todas as rotas de ônibus deletadas. Nós não conseguimos resgatar uma rota de ônibus. Hoje, das 26 unidades, 20 ônibus estão quebrados. A questão do contrato eu vou responder no relatório desse ano, que foi um achado nosso. Por fim, queria agradecer, agradecer essa casa, presidente, agradecer a cada um dos que participaram hoje aqui. Foi realmente uma noite de aprendizado, uma noite de estreitamento de laços e uma noite de compromisso com a educação, porque em três meses a gente não recupera tudo que a gente encontrou que precisa mudar e melhorar na educação. Muito obrigado." A Vereadora Professora Lívia Miranda passou a palavra para a ex-secretária de Educação, professora Adriana de Paula, destacando que a ex-secretária possuía uma série de questões que poderiam ajudar a elucidar os pontos discutidos na audiência. A presidente solicitou ainda ao plenário que se concentrasse nas manifestações no momento das falas, pedindo que os participantes anotassem suas questões para serem feitas ao final da fala de todos na mesa. A presidente afirmou que, à medida que a mesa fosse concluindo as falas, o plenário seria aberto para que os participantes pudessem fazer suas manifestações. Antes de passar a palavra à ex-secretária de Educação,



Professora Adriana de Paula, a Vereadora Professora Lívia fez um agradecimento à presença da convidada, destacando que a ex-secretária não tinha a obrigação de atender ao chamado da Comissão, visto que sua obrigação era outra. A vereadora ressaltou que a ex-secretária saiu de suas férias para participar da audiência, demonstrando compromisso com a Educação pública do município, com sua trajetória na área e com os dados e informações da Educação local. A vereadora, então, expressou sua gratidão pela presença da ex-secretária na audiência. Seguindo, a Ex-secretária de Educação, Professora Adriana de Paula, faz uso do seu tempo de fala agradecendo o convite para participar da audiência, destacando sua trajetória como servidora pública da Educação, com 20 anos de atuação. Agradeceu também a Presidente, Vereadora Professora Lívia, pelo convite, e enfatizou seu compromisso com a Educação Pública, destacando que, embora estivesse em período de férias, considerava uma honra contribuir com o debate sobre a educação do município. Destacou que o relatório apresentado referia-se ao último quadrimestre de sua gestão, mas ressaltou que, como servidora, sua dedicação à educação pública era constante, independentemente do cargo que ocupasse. Mencionou que a gestão da educação não era uma responsabilidade exclusiva do secretário, mas de toda a sociedade, e enfatizou a importância da transparência nas informações. A ex-secretária pontuou que, ao analisar o relatório, percebeu a falta de informações importantes, como dados mais detalhados sobre os projetos extracurriculares e sobre o impacto do projeto Espiral na rede de alfabetização. Comentou ainda que a construção desse relatório foi um desafio, considerando que se tratava do primeiro relatório da nova gestão, e que houve dificuldades devido à falta de uma transição adequada. Ressaltou que uma transição mais robusta poderia ter permitido uma troca de informações mais eficiente, o que teria impactado positivamente na qualidade dos dados apresentados. A ex-secretária também mencionou a importância do relatório de prestação de contas administrativo e pedagógico que ela deixou, o qual considerou robusto e completo, contendo informações que, segundo ela, estavam faltando no novo relatório, como dados sobre o selo de escola antirracista e projetos extracurriculares. Por fim, a ex-secretária pontuou a ausência de dados sobre o IDEB, destacando que o IDEB é apurado a cada dois anos e que, por isso, o dado só seria divulgado no ano ímpar, como ocorrerá em 2025. A ex-secretária também observou a falta de clareza nos dados do rendimento escolar, especialmente no que se referia ao CAED, e sugeriu que a apresentação dos resultados poderia ter sido mais detalhada. Concluiu sua fala reafirmando seu compromisso com a Educação e sua intenção de continuar contribuindo para o avanço da rede de ensino do município. O Vereador Léo França pede questão de ordem solicitando para constar na ata a fala na integra a fala da ex. Secretaria de Educação,





Adriana de Paula. Sendo assim, se faz constar na íntegra a fala da Ex. Secretária de Educação, Adriana de Paula: "Primeiramente, boa noite a todos os presentes, boa noite à toda a mesa aqui composta, vereadores. Bom, boa noite a todos os presentes, à mesa, aos vereadores, ao secretário Alexandre Gurgel, à subsecretária Raquel Rose, enfim, todos os componentes da mesa e todos os presentes também na plenária, colegas de educação. Eu sou servidora da educação, sou servidora há 20 anos na educação pública e sempre militei na educação pública e agradeço o convite para estar aqui presente nessa audiência dessa comissão. Me fez, porque de fato, é um relatório do último quadrimestre que ainda foi da minha gestão à frente da pasta da educação. Mas gostaria de destacar que sou servidora da educação e prezo pelo debate em prol da educação, porque é sobre isso que a gente precisa se debruçar, é nisso que eu acredito. Como servidora, continuo nessa rede e vou continuar trabalhando pela educação do nosso município, como trabalhei como secretária. O comprometimento não era um como secretária, outro como professora, outro como diretora. Ele é o mesmo. Ele é o comprometimento como servidora com a educação pública. É muito importante que a gente tenha esse momento de debate da educação nessa casa e que a gente tenha essas apresentações. Eu me recordo da época, Fred, vereador aqui na casa, nós tivemos uma audiência, a Rose estava presente também e outras pessoas, nós tivemos uma audiência pública aqui para tratar do tema da inclusão, e eu estive presente nessa audiência pública. E nessa data eu sinalizei isso, que gostaria, inclusive, de ser convidada mais vezes para estar nessa casa. Já estive aqui com a Vereadora Júlia também, prestando esclarecimentos, e eu sinalizei isso à época, com a vereadora Júlia e à época, na audiência pública, que gostaria de ser convidada mais vezes para estar nessa casa, porque sempre prezei pela transparência nas informações. É muito importante que a gente debata de forma clara e transparente, porque educação é um compromisso de todos. Não é um compromisso somente do secretário que está sentado lá na pasta com o desafio de fazer a gestão da educação desse município, com 192 unidades escolares, 191, 192, com quase 40.000 alunos, com esse número grande de servidores e com tantos desafios, a inclusão, transporte, alimentação e tudo que já foi aqui pontuado. É um grande desafio fazer a gestão, e essa responsabilidade não é só de quem está à pasta, porque quando você está à pasta, você está à frente da pasta. Agora, quando você é servidor, você é todo dia. É o compromisso de todo dia, é o compromisso de toda a sociedade. Precisa ser um compromisso de toda a sociedade. E quando a gente traz esse debate para cá, a gente está trazendo para dividir com toda a sociedade, porque é muito fácil apontar uma falha que teve aqui, uma falha que teve ali, um erro que teve aqui, um índice que não chegou onde tinha que chegar, uma situação de carência que tem, mas é





muito difícil quem se comprometa em estar junto somando nas soluções. Acho que é isso que a gente precisa, somar nas soluções para que a educação de fato avance, para que a gente de fato continue avancando. Então, eu estive à frente da pasta nos últimos 3 anos, mas sou servidora há quase 21 anos e vou continuar servidora e vou continuar trabalhando pela educação do nosso município. Então, me sinto assim muito feliz pelo convite e venho realmente com muito prazer, independente de estar de férias e dispor desse tempo das férias, porque para mim debater a educação pública do nosso município é questão de honra. Quem me conhece sabe, quem me conhece de verdade sabe o quanto eu sempre me dediquei e vou continuar me dedicando pela educação do nosso município. Dito isso, pude analisar o relatório. Quando fui convidada, a Vereadora Professora Lívia me passou o relatório para que desse uma olhada e, de fato, me dirijo ao secretário e coloco para todos os demais. Senti falta de informações importantes nesse relatório de ações, de coisas importantes que aconteceram no último quadrimestre. A Vereadora Professora Lívia, a Vereadora Júlia já pontuaram, o Vereador Léo pontuou, os colegas já pontuaram várias dessas coisas que eu também senti falta. Os projetos extracurriculares, detalhar um pouco mais da questão que menciona aqui muito superficialmente o que foi o projeto Espiral. O que o projeto Espiral trouxe para nossa rede? O que ele impactou nos resultados de alfabetização na nossa rede? Como era a nossa rede em alfabetização antes da pandemia? O que aconteceu durante a pandemia? O que aconteceu depois da pandemia? Esse é um dado do último quadrimestre também, porque ele estava em execução no último quadrimestre. Então, eu senti um detalhamento superficial e senti falta de mais informações pedagógicas em relação a isso. Eu acho que um grande ponto que contribuiu primeiro, que é o primeiro relatório, é a primeira vez que se vem a esta casa apresentar esse relatório, então é uma novidade para todo mundo. Acredito que tenha sido um desafio para a equipe que está na secretaria construir esse relatório, chegando e iniciando, se apropriando do que é a Secretaria de Educação, que só quem já viveu, e quem sabe já viveu mais de uma vez, sabe o desafio que é você trocar o pneu do ônibus com o ônibus andando. Não é andando a 60 por hora, não, é a 200 por hora. Então, é um desafio muito grande. Acredito que tenha sido um desafio muito grande construir esse relatório, principalmente construir um relatório de uma gestão que não era de quem está lá, de uma gestão que era de outro grupo que estava lá, outra liderança que estava lá, embora tenha algumas pessoas que tenham permanecido, outra liderança que estava lá. Com certeza foi um desafio grande. E o que eu atribuo às dificuldades também nessa construção, além de ser o primeiro deles, que todo o projeto piloto depois precisa de reformulação, eu acho que isso já foi muito bem pontuado, as ampliações que podem



conter os próximos relatórios, que eu acho que vão contribuir muito com o debate da educação. Além disso, eu não posso deixar de mencionar a falta que fez uma transição. Se a gente não teve para concluir, poder avançar... Tá bom, vou avançar só mais um pouquinho, só mais um pouquinho, que é importante a gente finalizar. A gente não teve uma transição consistente. A gente teve, durante o período de transição, eu recebi uma equipe de transição, que foi o secretário Fábio, a secretária Fernanda e a secretária Rosângela, numa conversa de uma hora na minha sala, onde a gente debateu dados administrativos, financeiros, ali numa conversa muito breve. E depois, somente no dia 30 de dezembro, que eu tive uma conversa de mais cerca de uma hora com o secretário Alexandre Gurgel, onde a gente não teve um período de transição. Isso foi muito negativo, principalmente para uma pasta tão robusta como a educação. Nós podíamos ter tido um período de transição muito maior, onde a gente conseguiria trocar melhor essas informações, e isso acho que contribuiu muito para que a gente não tivesse dados mais consistentes. A questão do apagão de dados eu acho que é uma coisa muito séria, mas eu preciso retomar que foi de ciência de todos que, em outubro, houve uma falha no discurso do servidor geral da prefeitura, onde perderam-se esses dados. É muito complexo a gente falar em apagões voluntários de determinadas equipes da secretaria. Por isso, secretário, eu preciso pontuar, eu deixei um relatório de prestação de contas administrativo e um relatório de prestação de contas pedagógico bem robusto, onde muitas dessas informações que foram pontuadas aqui pela Vereadora Professora Lívia, pela Vereadora Júlia, que falta aqui no relatório, estão naquele relatório. Então, eu deixei impresso, encadernado, eu deixei em arquivo, ficou em arquivo um relatório de prestação de contas muito robusto, que tinha essas informações. Então, é importante... Por que eu quero destacar isso? Porque parece que nessa fala de apagão fica parecendo que a gente negligenciou algumas informações que não foram negligenciadas, e muitas pessoas que compõem hoje a equipe estavam na equipe. Então, selo de escola antirracista, projetos extracurriculares, era de ciência que existiam e não estão ali. Uma outra sinalização que eu gostaria de fazer para finalizar é com relação aos dados de rendimento escolar. Quando a gente traz, acho que a Carolina mencionou que não trouxe o valor do IDEB, porque o IDEB é apurado no ano impar e não no ano par, e a gente está falando do ano par, que é 24, a realização da avaliação é no ano ímpar, mas a divulgação do dado é no ano par. Ela só aconteceu no ano par e, quando eu senti falta dos resultados de uma forma mais clara, quando a gente fala ali do CAED, quem entre a mesa conhece o CAED sabe o que significam aqueles dados, o que de fato revela o rendimento da rede. Aqueles dados, e aí eu senti falta do IDEB, sim, da evolução do IDEB em todos os anos, assim como da evolução dos índices de alfabetização, que eu



acho que foram um grande marco desse último quadrimestre, que foi o selo ouro de alfabetização. O que a gente alcançou de resultado na avaliação de alfabetização que foi realizada nesse último quadrimestre, e essas informações estão presentes no relatório que eu deixei. Então, só isso que eu queria pontuar. Espero, enquanto servidora da rede, continuar contribuindo para a construção da nossa rede, porque eu vou continuar militando pela Educação. Obrigada." A Vereadora Professora Lívia anunciou que passaria a palavra para a composição da mesa. Ela informou que, inicialmente, a subsecretária e o responsável pelo setor financeiro não haviam sido informados de sua participação na mesa da audiência. Em seguida, a vereadora solicitou a palavra para a Presidenta do Conselho Municipal de Educação e pediu que todos se atentassem ao tempo de 5 minutos para as falas, a fim de que a audiência fosse concluída até as 22 horas. A vereadora pediu, ainda, que se pudesse acelerar o processo da audiência para contemplar toda a mesa e abrir espaço para o plenário. Por fim, ela cedeu a palavra à Professora Raquel Leão. A representante do Conselho Municipal de Educação (COMED), Raquel Leão, iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes na plenária e na mesa. Em seguida, abordou o Plano Municipal de Educação, destacando que o COMED já está em processo de reuniões regulares, realizadas nas segundas terças-feiras de cada mês. Na última reunião do Conselho, foi discutida a necessidade de revisar o Plano Municipal de Educação, conforme mencionado pela vereadora Júlia. Raquel explicou que o COMED iniciou a organização de comissões para discutir as etapas do plano, mas que, no momento, o foco está na análise do plano atual. A revisão é necessária, pois o Conselho deve entregar um relatório de monitoramento sobre o plano antes de iniciar a discussão de um novo plano. A fase atual envolve a coleta de dados para analisar o plano vigente e fechá-lo, para então dar início ao processo democrático de elaboração do novo plano. Além disso, Raquel destacou que a elaboração do novo plano também depende da atualização do Plano Nacional de Educação, que ainda está em tramitação na Câmara. Ela mencionou que, neste ano, ocorrerá a Conferência de Educação, onde tanto o plano municipal quanto o Plano Nacional de Educação serão atualizados. Ao finalizar, Raquel agradeceu pela oportunidade de contribuir com a discussão. A Vereadora Professora Lívia agradeceu à professora Raquel pela contribuição na audiência e passou a palavra ao representante do Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região (SINPRO), professor Frederico Fadini. O professor Frederico Fadini, representante do Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região (SINPRO), cumprimentou todos os presentes e a mesa. Explicou que o SINPRO é o maior sindicato de professores na área do estado do Rio de Janeiro, abrangendo 12 municípios, e ressaltou o conhecimento do sindicato sobre a situação da Educação.





Destacou que o SINPRO representa professores da Educação básica até a Educação Superior, realizando mais de uma dúzia de acordos e convenções coletivas por ano. O professor Fadini mencionou que o motivo de sua presença na audiência é a precarização do trabalho no magistério. Apontou que, muitas vezes, os professores da rede pública também trabalham na rede privada para suprir as necessidades financeiras. Criticou a grande quantidade de temporários, que, segundo ele, inviabiliza a realização de uma política pública de Educação eficiente. Também destacou a fila de espera nas primeiras séries da Educação Básica e a insuficiência de Laboratórios de Informática, o que, na sua opinião, compromete o desenvolvimento dos alunos diante das exigências do mundo contemporâneo, como a inteligência artificial. O professor Fadini ainda se preocupou com possíveis inconsistências nos dados apresentados e enfatizou a importância de garantir a retenção dos professores, apontando que concursos realizados para contratação de docentes frequentemente resultam em desistências devido a questões salariais e de carga horária. Finalizou sua fala agradecendo o convite e reafirmando que o SINPRO está à disposição para colaborar. A Vereadora Professora Lívia agradeceu ao professor Frederico pela contribuição e, em seguida, anunciou a palavra ao representante da Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB), professor Márcio Franco. A vereadora solicitou que o professor se atentasse ao tempo de fala, com o intuito de dar continuidade à audiência e permitir a participação de todos os presentes. O professor Márcio Franco iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes, incluindo as autoridades da mesa, os vereadores, os representantes da Secretaria de Educação e a sociedade civil. Ele se apresentou como representante da CTB e da FETERGE (Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), destacando que, embora representasse legalmente os professores da rede privada, seu compromisso principal era com a Educação Pública. O professor mencionou alguns pontos importantes sobre o relatório apresentado, destacando os seguintes aspectos: 1. Número de temporários: O grande número de professores temporários e terceirizados, especialmente com RPA, que dificulta a realização de uma política de pessoal eficiente. 2. Pagamento dos temporários: Questionou a omissão no relatório sobre a situação de pagamento dos temporários, se ainda estão recebendo abaixo do piso nacional do magistério. 3.Fila de espera na educação infantil: Apontou que, em dezembro, havia 1.295 crianças na fila de espera para vagas na Educação Infantil, em um total de cerca de 9.600 crianças matriculadas. 4. Número de Laboratórios de Informática: Apontou que a rede municipal possui apenas 18 laboratórios de informática, o que é insuficiente para atender mais de 190 escolas. 5.Desempenho em Matemática: Observou a queda na pontuação em matemática, que já era baixa anteriormente. 6. Projetos extracurriculares e



de inclusão: Comentou que o relatório não fornece detalhes suficientes sobre os projetos extracurriculares e de inclusão, que considera ser um dos pontos positivos da gestão municipal. 7. Monitoramento por câmeras nas escolas: Questionou a falta de informações sobre o número de escolas com câmeras de segurança. 8.Licença médica de educadores: Enfatizou o grande número de afastamentos de educadores devido a problemas de saúde, sugerindo que este dado fosse melhor detalhado no relatório. 9. Educação Especial: Apontou que o relatório omite o número de professores mediadores na Educação Especial. 10. Evolução do IDEB: Por fim, mencionou a importância do IDEB como um indicador da qualidade da educação oferecida e destacou que esse dado é relevante para o acompanhamento da educação no município. O professor concluiu agradecendo pela oportunidade de falar e se colocou à disposição para colaborar em nome da FETERGE e da CTB. A Vereadora Lívia Miranda agradeceu a fala do professor Márcio Franco e, em seguida, passou a palavra para a representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), Ayane Souza. Ayane Souza iniciou sua fala agradecendo o convite da Vereadora Professora Lívia Miranda, presidenta da Audiência Pública. Em seguida, destacou que o movimento estudantil estava presente na audiência. Ayane apontou a falta de dados sobre os estudantes do Ensino Médio, que são fundamentais para entender o panorama da Educação municipal, especialmente aqueles que vão para as universidades. A representante da UNE também trouxe algumas demandas dos estudantes universitários, como a evasão por questões relacionadas à alimentação e ao passe livre, destacando que essas questões, embora não diretamente relacionadas à Secretaria Municipal de Educação, têm impacto na Educação Pública da cidade. Além disso, Ayane lamentou que a discussão se restringisse ao que já havia ocorrido no quadrimestre e sugeriu que fosse considerado também o que se espera para o futuro da Educação. Ela apontou a ausência de dados sobre diversas áreas, como as bibliotecas e as quadras das escolas, e mencionou a importância de se discutir a educação como um direito social, incluindo a realidade dos estudantes no processo escolar e questões como bullying e cyberbullying. Por fim, Ayane reiterou a importância das questões sobre a merenda escolar, considerando-a um ponto de segurança alimentar para os estudantes, especialmente após o desperdício de alimentos no início da pandemia. Ela ressaltou a necessidade de uma resposta clara sobre como a situação da merenda será tratada para garantir a segurança alimentar dos estudantes e a confiança dos pais. A Vereadora Professora Lívia agradeceu a fala de Ayane Souza, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), destacando a importância da presença dos grêmios estudantis e a relevância da juventude estar organizada dentro das escolas. Ela reconheceu a importância de se ter uma juventude que contribua ativamente para o processo educacional. A vereadora



mencionou que sentia falta dessa contribuição dos jovens na escola, mas expressou sua gratidão pela presença dos estudantes na audiência pública. A Vereadora Professora Lívia também ressaltou que os estudantes da rede municipal de educação, da rede estadual e os universitários poderiam contar com a Comissão de Educação para continuar o debate sobre a educação no município. A Vereadora Professora Lívia anunciou que passaria a palavra agora para Rosemar Silveira, representante do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE) Petrópolis. Rosemar Silveira (SEPE Petrópolis): Rose iniciou sua fala agradecendo e se referindo a si mesma como Rose. Ela destacou que a principal preocupação não era a disputa política entre os governos anterior e atual, mas sim as ações concretas a serem tomadas com base nos dados do relatório. Rose solicitou que os dados fossem previamente disponibilizados no portal da transparência para as audiências públicas futuras, para que todos os envolvidos possam discutir de forma embasada. Ela fez críticas à falta de professores nas turmas de 0 a 3 anos, destacando que, sem professores nessas turmas, não há Educação Infantil de fato. Rose também apontou a falta de professores efetivos e o número elevado de profissionais temporários (RPA) e terceirizados, que não contribuem para o INPAS, o que prejudica a saúde financeira do instituto. Ela criticou a prática de pagar abaixo do piso nacional aos profissionais e fez uma comparação entre os custos de contratados e concursados, questionando o interesse público na terceirização. A representante do SEPE destacou a necessidade de se discutir a redução da carga horária para 30 horas, citando estudos que mostram que a penosidade do trabalho reduz a vida útil do servidor. Ela também abordou o problema da merenda escolar, mencionando um desajuste orçamentário, e cobrou providências para resolver a falta de recursos para alimentação escolar. Por fim, Rose lembrou a situação do Decreto 555, que precisa ser resolvido, e reiterou que a campanha salarial começaria em breve, com a demanda de 70% de aumento, insistindo que não aceitariam mais zero por cento de revisão salarial. A Vereadora Professora Lívia agradeceu a contribuição de Rosemar Silveira (SEPE Petrópolis), mencionando a importância da questão das educadoras da Educação Infantil. Ela destacou que houve aprovação e parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal para o reconhecimento da função de docência para as educadoras da Educação Infantil, um movimento que também é defendido em Petrópolis. Ela informou que esse movimento terá repercussão na cidade e destacou a relevância da discussão sobre a regência na Educação Infantil. A vereadora, em seguida, convidou Carlos Paulino, representante do movimento Convoca Petrópolis, para fazer uma saudação. Ela solicitou que a fala de Carlos fosse breve, com duração de 5 minutos, devido ao tempo limitado para a audiência, enfatizando que ainda havia a intenção de





abrir a palavra para a mesa, com intervenções de 2 minutos, para a conclusão dos participantes. Carlos Paulino iniciou sua fala agradecendo o convite e cumprimentando as autoridades presentes. Ele explicou que o movimento Convoca Petrópolis surgiu como uma iniciativa popular dos concursados do concurso de 2022 da Educação, motivada pela insatisfação de estarem aprovados, mas não convocados para assumir as vagas. Ele destacou a grande quantidade de RPAs e terceirizados nas unidades escolares, mencionando que o número de RPAs pode ser até maior do que o relatado oficialmente. Carlos também apontou a ausência de informações sobre os RETs no relatório, ressaltando que essas vagas efetivas estão sendo ocupadas de forma temporária, o que prejudica a convocação de novos servidores concursados. Além disso, ele criticou a diferenca salarial entre os servidores concursados e os terceirizados, com os últimos recebendo mais devido ao vale alimentação, algo que os concursados não têm. Ele fez uma reivindicação ao prefeito para que os servidores públicos também tenham direito a esse benefício. Carlos também questionou a falta de um cronograma de convocação para os concursados e expôs sua insatisfação com o tempo de espera para tomar posse, relatando seu próprio caso, no qual foram necessários sete meses após a convocação para ele assumir o cargo, enquanto um terceirizado assume de imediato. Ele questionou a eficiência da gestão pública em resolver essa situação. Por fim, Carlos ressaltou que, embora seja contra os terceirizados como profissionais temporários, ele reconhece a qualidade de alguns e defendeu que eles também sejam efetivados como servidores públicos. Ele mencionou uma decisão judicial que estabeleceu um prazo até 18/06/2025 para a eliminação dos RPAs, mas afirmou que não há um cronograma claro para isso. Carlos finalizou a fala dizendo que havia muitos outros pontos a serem discutidos, mas devido ao tempo, precisaria encerrar sua intervenção. A Vereadora Professora Lívia agradeceu a participação de todos e, em sua fala, destacou a importância da compreensão de todos para o encerramento da audiência às 22h, em razão do risco de impugnação. A vereadora esclareceu que, devido a essa restrição, não seria possível conceder a palavra ao plenário nesta ocasião. Além disso, a vereadora anunciou que será realizada uma Audiência Pública no dia 9 de abril para discutir o reajuste salarial e a recomposição salarial dos servidores municipais, convocando todos os servidores, não apenas da Educação, mas de todas as áreas da rede pública municipal, para participar desse evento. A vereadora agradeceu novamente e reforçou a convocação para o dia 9 de abril, destacando a importância do diálogo contínuo sobre as questões salariais e de valorização dos servidores municipais. A Vereadora Professora Lívia fez o encaminhamento final da audiência, agradecendo a presença de todos e destacando que, apesar do tempo já avançado, ainda há muitos assuntos a serem discutidos, dada a





centralidade da educação na formação e no futuro da cidade. A Vereadora Professora Lívia ressaltou a importância da transparência não apenas nos recursos públicos, mas também nas Políticas Públicas de Educação, afirmando que a Educação Pública precisa ser valorizada e que, sem um projeto educacional claro, qualquer iniciativa se torna inadequada, incluindo a concessão de bolsas para a rede privada, o que precariza a Educação Pública. Destacou também os seguintes encaminhamentos: 1.A protocolação de um projeto de lei que trata das cuidadoras e cuidadores de crianças com deficiência, garantindo que o cuidador acompanhe a criança no ano letivo seguinte. 2.A revogação do decreto 555 que extingue cargos, é um problema jurídico que precisa ser combatido. 3.A convocação dos concursados, com especial atenção à situação dos RPAs e a necessidade de corrigir a contratação precária. 4.A importância de tratar da violência escolar, com a realização de uma futura audiência pública para discutir questões como bullying e preconceito contra estudantes, especialmente com deficiência. 5.A necessidade urgente de monitoramento adequado das câmeras de segurança nas escolas, com algumas câmeras ainda desligadas, foi constatado em visita à Defesa Civil. A Vereadora Professora Lívia também mencionou que já foi protocolado um requerimento de informação sobre essas questões e que será dada publicidade aos resultados em breve. Além disso, as questões levantadas durante a audiência serão encaminhadas à Secretaria de Educação. Para finalizar, a Vereadora Professora Lívia fez uma correção em relação ao horário da próxima sessão, que será às 16h e não às 14h como informado anteriormente. A vereadora agradeceu a presença de todas e todos, com isso, encerrou a audiência pública às 22 horas.

Registra-se e Publique-se

Vereadora Professora Lívia - Presidenta da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos

Professora-Lívia Miranda Vereadora



PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS SOBRE O RELATÓRIO DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2024 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

I - DO RELATÓRIO

Em cumprimento ao artigo 5º da Lei Municipal nº 8.860/2024, esta Comissão analisou o conteúdo apresentado pela Secretaria Municipal de Educação durante a audiência pública realizada em 2 de abril de 2025, referente ao terceiro quadrimestre de 2024.

O relatório apresentado contemplou os tópicos exigidos por lei, incluindo: efetivo de profissionais da educação, número de matrículas, fila de espera, infraestrutura das escolas, dados orçamentários e indicadores de desempenho escolar. Contudo, após análise da apresentação técnica e das falas de vereadores, vereadoras, entidades e sociedade civil presentes na audiência, foram identificadas omissões significativas, além de inconsistências e lacunas que comprometem a transparência e a completude do relatório.

II - DO VOTO.

1 Dados ausentes ou insuficientes:

- Ausência de informações detalhadas sobre carência de profissionais, especialmente os RETs e afastamentos por questões de saúde, prejudicando a análise sobre o impacto dessas ausências no funcionamento da rede.
- Omissão de dados sobre formações continuadas promovidas pela Secretaria, inclusive aquelas realizadas em parceria com instituições como a Fiocruz.
- Inexistência de informações sobre educação inclusiva, salas de recursos multifuncionais, EJA, educação integral, psicologia escolar, permuta de profissionais, servidores cedidos a outras secretarias, e ações de busca ativa.
- Baixa cobertura de infraestrutura tecnológica, com apenas 18 laboratórios de informática para mais de 190 escolas.
- Falta de detalhamento sobre atividades extracurriculares, esportes, cultura, e formações complementares, especialmente nas unidades de tempo integral.



- Inexistência de informações sobre a execução do Selo Escola Antirracista, política municipal que prevê incentivos orçamentários às unidades certificadas.
- Ausência de detalhamento sobre a alimentação escolar para crianças com restrições alimentares e estudantes da Educação Especial.

2. Inconsistências orçamentárias e financeiras:

- Divergência entre os dados financeiros apresentados na audiência e os disponíveis em balancetes oficiais, com destaque para os valores de "restos a pagar" e despesas com INPAS.
- Indicação de valores atribuídos à Secretaria de Educação que não condizem com a sua competência exclusiva, como a dívida previdenciária do município.
- Falta de clareza quanto aos critérios para priorização de despesas empenhadas e não empenhadas.
- Inexistência de apresentação do saldo financeiro atual da pasta, comprometendo a análise da capacidade de execução orçamentária no exercício seguinte.

3. Demandas da sociedade civil e de parlamentares:

- Necessidade de incluir nos relatórios as ações intersetoriais, como as realizadas com as Secretarias de Saúde e de Meio Ambiente (ex: Programa Saúde na Escola, formações em Educação Ambiental).
- Solicitação para incluir dados sobre o Ensino Médio, bibliotecas, quadras escolares, situação das licitações para transporte e merenda escolar, além do andamento das obras paralisadas.
- Reforço para que os dados sejam disponibilizados previamente à audiência pública, com ampla publicidade.
- 4. Recomendações para revisão da Lei nº 8.860/2024: Considerando que esta foi a primeira audiência pública realizada nos moldes da lei, propõe-se que seja realizada, no âmbito da Comissão de Educação, uma revisão da legislação com vistas a:
 - Tornar obrigatória a disponibilização pública prévia dos dados e relatórios em meio digital acessível;